



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º73/ 2021 . J. [REDACTED]

DATA : 2021/10/12	
NIPG : 4892/21	DE : J. [REDACTED] - TECNICO SUPERIOR
REGISTO (DOC.) : 7382	PARA : Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
CLASSIFICADOR :	
PROCESSO : -----	<p>Projeto de decisão de adjudicação final – aquisição de prestação de serviços para a Certificação Heliporto CMA (Base de Acolhimento GIPS).</p> <p>ASSUNTO :</p>

DESPACHO :

Aprovo

Eduardo Tavares em 09-11-2021

PARECER :

Pode o Srº Presidente aprovar o Projeto de decisão de adjudicação final – aquisição de prestação de serviços para a Certificação Heliporto CMA (Base de Acolhimento GIPS).

Carla Victor em 12-10-2021

SEGUIMENTO:

TEXTO :

Sobre o assunto mencionado em título, cumpre a este serviço apresentar o projeto de decisão de adjudicação final de acordo com o artigo 125.º do CCP – Código dos Contratos Públicos; que o faz nos seguintes termos:

Assunto: Proposta de decisão de adjudicação e formalidades subsequentes

Decisão de abertura do procedimento por ajuste direto: Despacho superior: 29-07-2021.

Entidade convidada a apresentar proposta: através do e-mail datado de 29-09-2021.

- Floriano Conceição Ferreira Contreiras.

Preço do ajuste direto: €6.000,00 (seis mil euros), sem IVA incluído.

Contratação: Aquisição de prestação de serviços para a Certificação Heliporto CMA (Base de Acolhimento GIPS).

Proposta:

A entidade convidada apresentou proposta, através do email indicado pela entidade adjudicante, no dia 04-10-2021, e dentro do prazo; nos seguintes termos:

- Preço proposto: €6.000,00 (seis mil euros), a que acresce o IVA;
- Juntou documento conforme Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, em que declara que aceita o conteúdo do caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas;
- Proposta de orçamento e plano de execução da prestação dos serviços inerentes à execução do contrato;
- Declaração de compromisso de honra;
- OFÍCIO CIRCULAR DINAV/IEA – 2020/0860, da Autoridade da Avaliação Civil.
- A documentação apresentada pelo concorrente, após sua análise apresenta-se em conformidade com a execução do contrato a celebrar.

Adjudicação e formalidades complementares:**Proposta de adjudicação**

- Tendo presente que o preço proposto pela entidade adjudicatária, é igual ao preço base constante do Caderno de Encargos, e não havendo necessidade de pedir esclarecimentos sobre a mesma, na medida em que esta corresponde ao solicitado, e se apresenta em conformidade com a instrução deste processo.

Nestes termos, compete aos serviços da entidade adjudicante submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar, de acordo com os números 1.º e 2.º do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.

Assim, atento o anterior parágrafo, menciona-se que no presente projeto de decisão de adjudicação final, não há lugar a mais formalidades processuais; nomeadamente: fases de negociação e audiência prévia, nem elaboração dos relatórios preliminar e final; nem o concorrente, foi convidado a melhorar a sua proposta.

Estando a entidade adjudicatária habilitada a prestar os serviços acima referidos.

Tendo a entidade adjudicatária declarado que aceita o conteúdo do Caderno de Encargos, e cumprindo com os demais requisitos do procedimento, prevê-se a possibilidade da eventual adjudicação pela entidade adjudicante.

Celebração do contrato:

- Nos termos da cláusula 2.ª do Caderno de Encargos, e de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigível a redução do contrato a escrito, tendo presente que o seu valor não excede o valor de €10.000,00.

- Face ao que antecede e se a proposta aqui formulada merecer a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação, a qual será acompanhada da "Proposta de decisão de adjudicação".


- Mais se informa que, de acordo com o disposto do artigo 36.º do CCP- Código dos Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada, a competência para autorizar a despesa é do Exmº Srº Presidente da Câmara Municipal, tendo presente as competências que decorrem da lei no âmbito da autorização de despesa.

- Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário - Floriano Conceição Ferreira Contreiras.

- Da adjudicação;

- Para apresentação dos documentos de habilitação.

Autorização para a realização da despesa no total de: €6.000,00 (seis mil euros), a que acresce o IVA, devidamente cabimentada, sob a proposta de cabimento n.º700/2021, requisição n.º1320, compromisso n.º1199/2021, com a seguinte classificação económica 07010301, e Plano 2016/I/4.

Gestor do contrato: , Técnico Superior do Município de Alfândega da Fé.

CONCLUSÃO :

— **Propõe-se que seja analisada a presente proposta, de acordo com a informação apresentada, para efeitos de adjudicação; se assim for determinado superiormente nesse sentido.**

Os Serviços:

Técnico Superior:


1 de Outubro de 2021